

Caderno de Tendências



Tendências do agronegócio para 2025

Panorama e perspectiva econômica

Economia nacional

As projeções econômicas para o Brasil em 2024 e 2025 apontam para uma moderação no crescimento, ajuste na política monetária e câmbio relativamente estável, com indicadores de impacto direto no agronegócio, como:



Produto Interno Bruto (PIB): para 2024, o crescimento econômico do país está estimado em cerca de 3,4% pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo governo federal, impulsionado pelo aumento do consumo decorrente de um mercado de trabalho aquecido. Já para 2025, o crescimento tende a desacelerar para cerca de 1,9%.

O crescimento econômico influencia a demanda interna por produtos, inclusive os agrícolas e de insumos. Um PIB maior tende a elevar o consumo e os investimentos em todos os setores da economia.



Taxa Selic: a taxa de juros deve se manter elevada em 2024, e terminar o ano em 12,15% para conter a inflação. Para 2025, é esperado que a taxa de juros alcance 12,63% ao ano.

→ Isso impacta o agro, pois os juros altos encarecem o crédito, inclusive o rural, o que, consequentemente, limita o acesso a financiamentos para custeio e expansão das atividades agrícolas.



Câmbio: a cotação do dólar deve ficar em torno de R\$ 6,00 em 2024 e estabilizar em R\$ 5,96 em 2025 (Focus, 2024).

O dólar alto torna os produtos agrícolas mais competitivos no mercado internacional, pois os preços em reais se tornam mais atrativos para compradores estrangeiros, o que tende a aumentar as exportações de produtos agrícolas. No entanto, também eleva os custos de insumos importados, como fertilizantes, defensivos e maquinários, além de pressionar a margem de lucro dos produtores.





Balança comercial: o saldo comercial projetado é de US\$ 78 bilhões para 2024 e cerca de US\$ 76 bilhões para 2025. O superávit ocorre quando o valor das exportações supera o das importações, ou seja, o país vende mais do que compra do exterior e gera um saldo positivo que contribui para a entrada de divisas.

→ Um saldo comercial positivo reflete, entre outras coisas, a força das exportações de bens agropecuários, que correspondem a cerca de 22% das vendas nacionais (jan.-out./24) e dependem de mercados externos e preços competitivos para sustentar o crescimento do setor.

Agro nacional

As projeções para o agronegócio brasileiro em 2024 e 2025 indicam tanto desafios quanto oportunidades. Aqui estão os principais pontos relacionados ao setor:

PIB agropecuário: em 2024, o Ministério da Fazenda estima uma retração de 1,7% da produção do setor, consequência da redução no valor de produção pelas quedas nos preços e de uma menor produção esperada para o ano, como em insumos agrícolas.

Para 2025, por outro lado, espera-se uma recuperação de 6% no PIB do setor, impulsionada principalmente por safras maiores, como a soja, e a estabilização em setores como o de produção de bovinos.

→ O PIB agropecuário reflete o desempenho econômico do setor e serve como um indicador-chave de sua saúde. Quando há crescimento, os produtores e investidores têm mais segurança para ampliar operações, investir em tecnologia e aumentar a produtividade. Isso permite maior acesso a crédito e capital, que podem ser usados em iniciativas sustentáveis ou de modernização do campo etc.

Safra: a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra de grãos 2024/25 é de produção recorde de 322,53 milhões de toneladas, um aumento de 8,2% em relação à safra de 2023/24. Esse crescimento é atribuído à expansão da área plantada, que deve atingir 81,4 milhões de hectares (1,5 milhão a mais que em 2023/24), e à recuperação da produtividade, projetada em 66 sacas por hectare, um avanço de 6,3%.

A produção agrícola é central para a sustentabilidade financeira e operacional do setor. Safras maiores geram efeitos multiplicadores ao longo da cadeia e beneficiam o transporte, o comércio e a indústria de alimentos.

Balança comercial: segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Esalq/USP (Cepea), o faturamento das exportações brasileiras do agronegócio em 2024 pode ficar abaixo do recorde de 2023, após quatro anos consecutivos de alta. De janeiro a setembro de 2024, o total exportado foi de quase US\$ 126 bilhões, 1% menor que no mesmo período de 2023, devido à queda de 1% no preço médio em dólar, apesar do aumento de 0,3% no volume.

→ Um superávit favorece e impulsiona o setor. Exportações sólidas, especialmente para mercados como China, Europa e EUA, geram receitas em dólar, além de fortalecer e contribuir para o crescimento econômico.



Tendências de tecnologias no campo para 2025

O uso de tecnologia no agronegócio revela uma disparidade significativa entre as propriedades de grande e pequeno porte. Segundo uma pesquisa da Totvs divulgada pelo Globo Rural, 58% das grandes propriedades já usam sistemas de processamento de dados em tempo real, contra apenas 36% das pequenas. Essa diferença, embora evidencie desafios, como estrutura limitada e acesso restrito a recursos, também representa uma grande oportunidade para as agritechs (startups ou empresas que desenvolvem soluções tecnológicas inovadoras voltadas para o agronegócio).

 Essa oportunidade no campo acompanha o crescimento dessas startups. De acordo com o Radar Agtech Brasil 2023, são 1.953 agritechs que operam no país, 14,7% a mais do que em relação a 2022.



Ao desenvolverem soluções mais acessíveis, personalizadas e integradas, essas empresas podem atender às necessidades das pequenas e médias propriedades, impulsionar a digitalização e promover maior eficiência no setor como um todo.

<u>Saiba mais no Polo Sebrae Agro</u>: encontre startups do agro em um único local, com filtros que permitem buscar por estado e área de atuação.

Mais inteligência artificial no campo em 2025

A tendência já consolidada de inteligência artificial (IA) no agronegócio deve continuar crescendo e atingir US\$ 4,7 bilhões globalmente em 2028, um aumento de 176% em relação ao valor de US\$ 1,7 bilhão em 2023. A tecnologia, que inclui IA generativa (GenAI), otimiza processos, aumenta a precisão das atividades agrícolas e promove sustentabilidade e lucratividade.

As aplicações incluem maquinários automatizados, monitoramento de solo e água, gestão da cadeia de suprimentos e saúde das culturas. No entanto, desafios como conectividade rural limitada, infraestrutura de hardware insuficiente e aceitação do produtor rural ainda dificultam a adoção em massa da tecnologia no Brasil. Apesar disso, o país desponta como líder global em desenvolvimento de IA para o agro, com potencial para ampliar sua competitividade no setor.



Os pequenos produtores são exemplos recentes que mostram essa tendência de aumento do uso de IA no campo:



- A Embrapa Agroindústria Tropical, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, desenvolveu um sensor inteligente que usa IA para otimizar a irrigação em plantações.
 O dispositivo mede fatores como radiação solar, umidade do ar e hidratação das folhas para determinar automaticamente o momento e a quantidade de água necessária, ajustando-se às condições de seca no Nordeste brasileiro. A tecnologia promete reduzir o consumo de água e os custos operacionais e, assim, beneficiar pequenos e médios produtores da região.
- Pesquisadores da Universidade Federal Rural da Amazônia desenvolveram uma ferramenta baseada em IA capaz de identificar doenças em frutos de cacau, como a vassoura-de-bruxa e a podridão-parda, com 95% de assertividade. A tecnologia, gratuita e acessível via aplicativo de celular, será lançada ainda em 2024 e beneficiará pequenos produtores amazônicos. O sistema usa aprendizado para analisar imagens capturadas por câmeras de celular e diferenciar os frutos saudáveis dos doentes. Além disso, está em desenvolvimento a mesma ferramenta para outras culturas, como a banana e o milho.

O VII Plano Diretor da Embrapa menciona duas metas de tecnologia entre 2025 e 2030. Elas apontam para tendências do que será desenvolvido no que diz respeito à tecnologia no campo. São elas:



Automação de processos: ao incorporar tecnologias para otimizar sistemas produtivos agropecuários e agroindustriais por meio da automação e permitir maior eficiência e produtividade nas operações;



Agricultura de precisão e digital: ao desenvolver soluções que empreguem big data, mineração de dados e algoritmos inteligentes, promover o compartilhamento de informações entre atores das cadeias produtivas e ampliar o uso de plataformas digitais para a tomada de decisão e a identificação de tendências.



Tendências de sustentabilidade no campo para 2025

A bioeconomia em prol da sustentabilidade no agro

A bioeconomia refere-se a um modelo de produção sustentável que usa recursos biológicos renováveis, busca substituir a dependência de recursos fósseis e abrange desde a produção de bioenergia e biocombustíveis até o desenvolvimento de biodegradáveis, biopesticidas e bioinsumos.

A Embrapa vê isso como uma tendência estratégica para 2025 até 2030, devido ao seu grande potencial de alinhar sustentabilidade e inovação. Com a crescente demanda por soluções que conciliam a produção de alimentos, fibras e energia com a preservação ambiental, a bioeconomia oferece alternativas viáveis. Além disso, o Brasil tem uma vantagem competitiva com sua biodiversidade, o que permite usar recursos biológicos de maneira mais eficiente.

Na prática, a bioeconomia no agro se dá por meio da implementação de tecnologias inovadoras e do uso sustentável da biodiversidade. A Embrapa, por exemplo, tem desenvolvido, entre outras iniciativas:

- A diminuição de fertilizantes de origem não renovável por insumos de base biológica em culturas de feijão, feijão-caupi, pastagens etc.;
- A ampliação do uso de matérias-primas renováveis disponíveis nas regiões Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste para a produção de combustíveis e energia.

Esse movimento tem uma relevância crescente inclusive para a agricultura familiar, como por meio da ampliação do Pronaf Bioeconomia, com um aumento de 53% no volume financiado no Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025. Essa linha de crédito é voltada para incentivar práticas sustentáveis, como o uso de tecnologias de energia renovável, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, etc.

O mercado de carbono com regulamentação

O mercado de carbono é um sistema que permite a negociação de créditos de carbono, pela redução ou a captura de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa (GEE), com o objetivo incentivar a descarbonização e ajudar a combater as mudanças climáticas. O mercado de carbono é uma tendência e pode movimentar US\$ 50 bilhões até 2030, e o Brasil pode atender a 48,7% dessa demanda. Há também uma movimentação para regular esse mercado até 2025, como parte do Plano de Transformação Ecológica.

O agronegócio apresenta um grande potencial para gerar créditos de carbono por meio de práticas sustentáveis, como o uso de tecnologias para reduzir as emissões, o manejo adequado de pastagens, a recuperação de áreas e projetos de reflorestamento para sequestro de carbono (como em projetos de reflorestamento) e a implementação de sistemas agroflorestais.



Em dezembro de 2024, foi sancionada a lei que regulamenta o mercado de carbono no Brasil. Embora o agronegócio não tenha sido ainda incluído na regulamentação, há espaço para que ele seja incorporado em um futuro próximo.

Os pequenos produtores rurais também podem participar da geração de créditos de carbono. No entanto, é necessário conhecimento técnico e investimentos em monitoramento e certificação para garantir a participação eficaz. A Casa do Produtor Rural da Esalq/USP, por exemplo, oferece capacitação e assistência técnica.

Os Fiagros, categoria de fundos voltada para investimentos no setor agrícola, com o objetivo de financiar atividades produtivas, também vão passar por mudanças a partir de 2025.

A nova Resolução CVM 214, que entra em vigor em março de 2025, estabelece diretrizes mais flexíveis para esses fundos e vai permitir a diversificação de investimentos em diferentes ativos. Além disso, os Fiagros poderão participar do mercado de carbono, investir em créditos de carbono e créditos de descarbonização (CBIO), relacionados ao agronegócio.

Agricultura em ambiente controlado (AEC)

Agricultura em Ambiente Controlado (CEA – Controlled Environment Agriculture) é uma abordagem de cultivo que usa tecnologia avançada para otimizar as condições ambientais e maximizar a produção de plantas em um espaço controlado. É empregada em ambientes urbanos ou em regiões com condições climáticas adversas e possibilita o cultivo de alimentos durante todo o ano, independentemente das estações ou da geografia. Segundo a Global Market Insights, esse modelo de agricultura gerou \$51,9 bilhões globalmente em 2023, e pode chegar a \$168,7 bilhões em 2032 – um crescimento médio anual de 14%.

Práticas nesse modelo incluem a agricultura vertical, a hidroponia, estufas modernas e iluminação LED para suplementar ou substituir a luz solar, atividades que podem ser aplicadas pelos pequenos produtores.

A essas tendências se soma a agricultura regenerativa

Para 2025, ela vai continuar se destacando como uma tendência no agro e a refletir a crescente demanda por práticas sustentáveis. Esse modelo busca restaurar e fortalecer os ecossistemas agrícolas, o solo saudável, a biodiversidade e a resiliência climática.

Entre os principais fatores que impulsionam a agricultura regenerativa está a preocupação com a segurança alimentar em um cenário de mudanças climáticas. Práticas como o plantio direto, rotação de culturas, uso de adubos orgânicos e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) demonstram que é possível aumentar a produtividade agrícola enquanto se reduz a dependência de insumos químicos e sequestra carbono.



Políticas públicas, leis e normas para 2025

O tema das políticas públicas e regulamentações são de extrema importância no fortalecimento do agronegócio brasileiro, pois proporcionam suporte financeiro, técnico e estratégico para produtores rurais de todos os portes. Em 2025, espera-se que iniciativas governamentais continuem a incentivar a inovação, a sustentabilidade e a competitividade do setor, ao mesmo tempo que ampliam o acesso ao crédito e asseguram mecanismos para lidar com desafios climáticos e econômicos. Veja alguns temas que devem estar no radar dos produtores no próximo ano:

Plano Safra

O Plano Safra 2024/2025 destina um valor recorde de R\$ 508,59 bilhões para apoiar o agronegócio brasileiro no próximo ano e vai abranger a agricultura empresarial e familiar. Desse total, R\$ 400,59 bilhões vão para a agricultura empresarial, com aumento de 10% em relação ao ano anterior, e R\$ 108 bilhões estão disponíveis via Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).



Os recursos são divididos entre custeio e comercialização (R\$ 293,29 bilhões) e investimentos (R\$ 107,3 bilhões), com taxas de juros controladas. Para pequenos e médios produtores, os juros variam de 7% a 12% ao ano, dependendo do programa. O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, Pronamp, por exemplo, oferece taxas de 8% ao ano para custeio e comercialização.

O plano também promove a sustentabilidade por meio do programa RenovAgro, que incentiva práticas agrícolas sustentáveis, como recuperação de áreas degradadas e uso de energia renovável. Produtores que adotarem essas práticas podem obter uma redução de até 1 ponto percentual nas taxas de juros.

Outro destaque é o Seguro Rural, que teve sua cobertura ampliada, com R\$ 11,2 bilhões disponíveis para operações de crédito até junho de 2025, incluindo R\$ 2,2 bilhões do BNDES. Com essas medidas, o governo busca fortalecer o setor agropecuário e garantir acesso a recursos financeiros para pequenos, médios e grandes produtores.

Renegociação de dívidas para os pequenos produtores rurais

Outro tema que merece estar no radar em 2025 é a Lei n.º 14.995/2024, que estabelece medidas para a renegociação de dívidas de pequenos produtores rurais, oferecer condições facilitadas para a quitação ou parcelamento de débitos. Essa legislação reabre o prazo para adesão à renegociação até 31 de dezembro de 2025 e permite que microprodutores e pequenos produtores rurais, bem como agricultores familiares, regularizem suas pendências financeiras.



Os benefícios incluem descontos para liquidação total das dívidas e opções de parcelamento, conforme regulamentação específica e disponibilidade orçamentária. Essas medidas visam proporcionar alívio financeiro aos pequenos produtores e assegurar a continuidade de suas atividades.

Para aderir à renegociação, os produtores devem procurar as instituições financeiras responsáveis pelos créditos ou órgãos competentes a fim de formalizar os acordos dentro do prazo estabelecido. É fundamental que os interessados atentem-se às condições específicas e aos procedimentos necessários para efetivar a renegociação de suas dívidas.

Mais sobre apoio ao empreendedor e acesso ao crédito

Em outubro de 2024, foi sancionada a Lei n.º 1.725, que institui diversas ações de apoio a micro e pequenos empreendedores e amplia o acesso ao crédito. Entre outros tópicos, a Lei estabelece os seguintes programas que prometem fortalecer os negócios em 2025:

- <u>Procred 360</u>: destinado à renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) e microempresas, oferece condições facilitadas de financiamento e cobertura por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), para mitigar riscos de inadimplência e estimular o acesso ao crédito;
- **Programa Eco Invest Brasil**: destinado a atrair investimentos privados externos para financiar projetos sustentáveis, como transição energética e bioeconomia, inclusive proteção cambial para operações de microcrédito.

Produção de bioinsumos

A produção de bioinsumos *on farm*, feita diretamente nas propriedades rurais, enfrenta um marco regulatório decisivo no Brasil. De acordo com o decreto de 2009, essa prática será permitida apenas até 31 de dezembro de 2024. Sem uma nova legislação, a partir de janeiro de 2025, a produção *on farm* poderá ser considerada ilegal e sujeitar os produtores a multas e até prisão.



Para regularizar a situação, tramita o Projeto de Lei (PL) n.º 658/2021, que estabelece normas para produção, uso, registro e comercialização de bioinsumos no país, além de ratificar o Programa Nacional de Bioinsumos. O PL foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados em 27 de novembro de 2024 e pelo Senado Federal em 3 de dezembro de 2024. Agora, aguarda a sanção presidencial para entrar em vigor, o que é esperado com grande expectativa pelo setor agropecuário para assegurar a legalidade e o desenvolvimento da produção de bioinsumos no Brasil.

Acordo UE-Mercosul

O acordo de livre comércio entre União Europeia (UE) e Mercosul promete beneficiar significativamente o agronegócio brasileiro. Anunciado após 25 anos de negociações, ele prevê a redução ou a eliminação de tarifas de exportação para produtos como carne, soja, café, frutas e açúcar. Isso pode ampliar a competitividade e as vendas do Brasil para o bloco europeu, o segundo maior mercado importador do agro brasileiro.





Entre os principais pontos do acordo, destacam-se a isenção de tarifas para parte dos produtos agrícolas, preferências para exportadores brasileiros e a criação de cotas tarifárias para produtos como carnes, açúcar e queijos. Além disso, o acordo garante o reconhecimento de produtos típicos, como a cachaça e o queijo tipo canastra e reafirma compromissos ambientais, como o combate ao desmatamento e a adesão ao Acordo de Paris. O Brasil será o principal beneficiado, com projeções de crescimento de 0,46% no PIB entre 2024 e 2040, aumento de 1,49% nos investimentos externos e saldo comercial positivo de US\$ 302,6 milhões. A redução de tarifas, que hoje podem chegar a 200%, permitirá ganhos expressivos nas exportações, estimados em US\$ 11,6 bilhões no acumulado. O setor agropecuário brasileiro terá acesso a um mercado europeu mais qualificado e consumidor de produtos premium, bem como gerar mais renda para os produtores.

No entanto, o acordo enfrenta resistência de produtores europeus, especialmente da França, que temem a concorrência dos produtos brasileiros. Isso gerou tensões comerciais e medidas restritivas de empresas francesas, como Carrefour e Danone. Além disso, as exigências ambientais da UE, como a Lei Antidesmatamento, foram vistas como tentativas de desequilibrar o acordo a favor da Europa. Apesar dos desafios, o acordo UE-Mercosul é visto como um marco para o agro brasileiro, pois vai garantir maior competitividade no mercado europeu e potencializar o crescimento econômico do país.

Regulamento Europeu sobre Desmatamento (EUDR)

O <u>Regulamento Europeu sobre Desmatamento (EUDR)</u> vai entrar em vigor em 30 de dezembro de 2025 e impor regras rigorosas para a importação de produtos ligados ao desmatamento. A medida afetará as exportações brasileiras de commodities como soja, carne bovina, café, cacau, borracha e madeira. Pequenas e médias empresas terão prazo estendido até 30 de junho de 2026 para se adequarem.

O EUDR exige que os produtos exportados à União Europeia estejam livres de vínculo com desmatamentos ocorridos após 31 de dezembro de 2020. Isso representa um desafio para o agronegócio brasileiro, que precisará adaptar suas práticas produtivas e cadeias de suprimento para garantir acesso ao mercado europeu, um dos principais destinos das exportações agrícolas do Brasil.

Embora o EUDR imponha exigências rigorosas, ele também oferece uma oportunidade para o agronegócio brasileiro adotar práticas mais sustentáveis, alinhadas às demandas globais por produtos ambientalmente responsáveis. O apoio a produtores, especialmente pequenos e médios, será essencial, assim como a colaboração entre governo, setor privado e parceiros internacionais para garantir a competitividade e a sustentabilidade do setor no mercado global.



Gestão contra eventos climáticos

Drones e sensores remotos

A gestão de eventos climáticos se beneficia significativamente do uso de drones e sensores remotos, tecnologias que permitem o monitoramento de vastas áreas e a coleta de dados para a identificação de padrões de risco e a tomada de decisões rápidas em situações de emergência. Os drones, equipados com câmeras de alta resolução e sensores térmicos, fornecem imagens detalhadas e em tempo real de regiões afetadas, além de auxiliar na avaliação de danos e na coordenação de operações de resgate.

Já o sensoriamento remoto, que inclui o uso de satélites e aeronaves não tripuladas, permite a detecção precoce de desastres naturais, como incêndios florestais, inundações e deslizamentos de terra. Ao fornecer informações em tempo real sobre a ocorrência desses eventos, essas tecnologias possibilitam às autoridades tomarem medidas preventivas e alertarem a população com antecedência a fim de minimizar os impactos.

A integração dos dados coletados por drones e sensores remotos em plataformas de gerenciamento aprimora a resposta a desastres e permite uma análise mais precisa e a implementação de estratégias eficazes de mitigação.

Plataformas de monitoramento: em outubro de 2024, o Governo do Estado de São Paulo, por meio do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), inaugurou a <u>Plataforma de Gestão de Riscos de Desastres Naturais</u>. Essa iniciativa visa aprimorar a análise e o monitoramento de informações geológicas, meteorológicas e oceanográficas, além de fornecer dados detalhados para a elaboração de planos de contingência, monitoramento de fenômenos perigosos e suporte a operações de emergência. A plataforma conta com múltiplos telões que exibem informações atualizadas e apoiam os órgãos governamentais na tomada de decisões estratégicas nas áreas de proteção e defesa civil, planejamento ambiental e territorial, habitação e transportes.

Com um investimento de R\$ 2,5 milhões, a plataforma integra dados globais e cálculos desenvolvidos por pesquisadores do IPA e permite uma gestão mais eficaz e integrada das emergências ambientais no estado. A infraestrutura é adaptável e possibilita a inclusão de novas bases e aplicações em colaboração com parceiros técnicos e usuários, o que potencializa a capacidade de resposta a eventos climáticos extremos. Além disso, o IPA firmou um acordo de cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para aprofundar a gestão de riscos e desastres no litoral norte paulista a partir do desenvolvimento de um sistema mais detalhado para essa região. A implementação desta plataforma é um exemplo de como a tecnologia pode apoiar a gestão de eventos climáticos e representa um avanço significativo na prevenção e na mitigação de desastres naturais no Brasil.



Integração com ESG (Ambiental, Social e Governança)

A integração dos princípios de ESG nas estratégias corporativas tem se intensificado, especialmente em setores como a construção civil, que buscam alinhar-se às expectativas sociais e regulatórias. A gestão de riscos climáticos tornou-se parte essencial dessas estratégias e passou a impulsionar práticas mais responsáveis.

As empresas que incorporam esses princípios, desde a concepção dos projetos até a execução das obras, conseguem atender às demandas regulatórias enquanto agregam valor aos seus negócios e aumentam a eficiência operacional e a inovação.



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) lançou uma cartilha que aborda a importância do ESG para o setor, apresenta estratégias de mitigação de riscos, planejamento em diferentes horizontes temporais, desafios e oportunidades. O documento destaca que as empresas estão em um momento de transição, iniciando ou aprimorando a implementação do modelo ESG em seus negócios, o que resulta em benefícios claros, como a melhoria da reputação e a atração de investimentos. Para 2025, espera-se um setor com práticas ESG mais avançadas e robustas, com ações bem implementadas das pequenas às grandes empresas. As empresas que incorporam esses princípios, desde a concepção dos projetos até a execução das obras, conseguem atender às demandas regulatórias enquanto agregam valor aos seus negócios e aumentam a eficiência operacional e a inovação.

Além disso, a integração de práticas ESG na construção civil contribui para a resiliência climática e prepara o setor para enfrentar eventos climáticos extremos e reduzir riscos associados. Ao adotar medidas como o uso de materiais sustentáveis, eficiência energética e gestão responsável dos recursos naturais, as empresas não apenas cumprem obrigações legais, mas demonstram compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social.



Tendências de consumo de alimentos

As tendências de consumo alimentar para 2025 são impulsionadas por mudanças nos hábitos dos consumidores, avanços tecnológicos e preocupações crescentes com a sustentabilidade e a saúde. Compreender essas tendências é essencial para que produtores rurais, restaurantes e empresas do setor alimentício se adaptem e atendam às novas demandas do mercado e, assim, garantam competitividade e relevância.

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) destaca algumas tendências emergentes no comportamento de consumo de alimentos para 2025 que merecem a atenção dos produtores:

- Regionalidade e globalização: os consumidores estão cada vez mais interessados na procedência dos alimentos que consomem, valorizam produtos locais e regionais. Vemos, nessa tendência, uma busca por qualidade, frescor e conexão com a cultura local, além de uma preocupação com a sustentabilidade e a redução da pegada de carbono associada ao transporte de alimentos. Os produtores que enfatizam a origem de seus produtos e estabelecem uma relação transparente com os consumidores podem se beneficiar dessa preferência;
- **Produção de alimentos e desperdício:** a conscientização sobre o desperdício de alimentos ganha cada vez mais força, com destaque para práticas como *nose-to-tail* e *leaf-to-root* ("do focinho ao rabo" e "da folha à raiz", em português), que promovem o aproveitamento integral dos alimentos, desde as partes menos nobres dos animais até as folhas e os caules de vegetais. Essa abordagem, além de reduzir o desperdício, incentiva a criatividade culinária e a sustentabilidade e é benéfica, portanto, tanto para produtores como consumidores.

Rastreabilidade: um desafio necessário para expandir mercados

A rastreabilidade no agronegócio brasileiro tornou-se um fator decisivo para o sucesso no mercado internacional. Países como os da União Europeia, os Estados Unidos e o Japão têm critérios rigorosos de qualidade e sustentabilidade e exigem transparência nas cadeias produtivas. Implementar sistemas de rastreabilidade permite ao Brasil atender a essas exigências, agregar valor aos produtos e ampliar a confiança dos compradores internacionais. Além disso, a rastreabilidade contribui para a sustentabilidade ambiental e social, aspectos cada vez mais valorizados globalmente. Por isso, o tema vai continuar em alta em 2025 e afetar o dia a dia do agro brasileiro.

Alimentos funcionais

Alimentos funcionais são aqueles que, além de suas funções nutricionais básicas, oferecem benefícios à saúde e podem auxiliar na prevenção de doenças crônicas e na promoção do bem-estar. Na prática, o consumo regular desses alimentos, aliado a hábitos saudáveis, pode contribuir para a redução do risco de doenças cardiovasculares, diabetes e câncer, entre outras.



Em 2025, espera-se que a indústria alimentícia mude o foco no desenvolvimento de produtos, deixe as tendências, antes voltadas aos produtos *plant-based* e aos substitutos da carne para investir em ingredientes estratégicos de alto valor agregado, com aplicações em alimentos, nutracêuticos e funcionais. Tecnologias emergentes, como a engenharia metabólica, a biologia sintética e a transgênese são usadas para produzir nutrientes, vitaminas e compostos que melhoram o sabor e oferecem alternativas sustentáveis e inovadoras às proteínas tradicionais.

Tendências em upcycling, biodegradáveis e embalagens inteligentes

As embalagens de alimentos também estão em evolução para atender às demandas por sustentabilidade e funcionalidade. O que continua em alta em 2025:

- *Upcycling*: é o uso de materiais reciclados para criar novas embalagens, reduzir o desperdício e promover a economia circular.
- **Embalagens biodegradáveis:** desenvolvimento e uso de materiais que se decompõem naturalmente, como o bambu, a fim de minimizar o impacto ambiental.
- **Smart packaging:** são as embalagens inteligentes, que incorporam tecnologias que monitoram a qualidade do alimento, informam sobre sua condição e melhoram a segurança, além de possibilitar maior interação com o consumidor.

Inteligência artificial (IA) na indústria alimentícia

Como em muitos outros setores, não podemos deixar de mencionar que a IA ainda deve impactar a indústria alimentícia em 2025, desde a personalização alimentar até a gestão da cadeia de suprimentos. Com algoritmos avançados, a IA permite criar receitas e produtos personalizados, adaptados às preferências e às necessidades dos consumidores. Em pesquisa e desenvolvimento, otimiza recursos, economiza tempo e cria inovações que atendem a tendências emergentes. A IA ainda prevê mudanças no comportamento do consumidor e melhora a produção, enquanto, na logística, torna a cadeia de suprimentos mais ágil e transparente. Com essas e outras aplicações, a IA continuará moldando um setor alimentício mais eficiente, inovador e sustentável.





Considerações finais

O agronegócio brasileiro segue como um pilar estratégico e fundamental para a economia nacional e para a segurança alimentar global, com oportunidades promissoras em 2025. Neste caderno, abordamos as principais tendências e dinâmicas do setor e evidenciamos como o avanço tecnológico, as mudanças regulatórias e as demandas dos consumidores impactarão as cadeias produtivas nos próximos anos.

A perspectiva econômica para o país aponta para um crescimento moderado em 2025, com impactos diretos no setor agropecuário. Apesar dos desafios impostos por altas taxas de juros e custos de insumos, espera-se uma recuperação robusta no PIB agropecuário, impulsionada por safras recordes e avanços na produtividade. O mercado internacional continuará sendo crucial para a expansão do setor, com a rastreabilidade e o cumprimento de regulamentos como o EUDR exercendo um papel central para acessar mercados exigentes, mas lucrativos.

As inovações tecnológicas também serão determinantes para o futuro do agro. A expansão das agritechs, o uso crescente de inteligência artificial, drones, sensores remotos e a automação prometem aumentar a eficiência e a sustentabilidade da produção. Essas tecnologias possibilitam um monitoramento mais preciso e a tomada de decisões baseadas em dados, o que vai beneficiar grandes e pequenos produtores.



No âmbito da sustentabilidade, o Brasil está bem posicionado para liderar iniciativas globais, como o mercado de carbono e a bioeconomia. O avanço no uso de bioinsumos e o fortalecimento de práticas regenerativas destacam o compromisso do setor com soluções ambientalmente responsáveis. A adoção dessas práticas também está alinhada às demandas do mercado internacional e às expectativas dos consumidores, que valorizam cada vez mais produtos sustentáveis.

Por fim, o comportamento do consumidor continuará a influenciar decisivamente o setor. A preferência por alimentos regionais, funcionais e produzidos de forma sustentável reflete um cenário de consumo mais consciente. A atenção às embalagens sustentáveis, à redução do des-

perdício e à integração de tecnologias como a IA reforçam a necessidade de adaptações ao longo de toda a cadeia produtiva.

Dado esse panorama, fica claro que o sucesso do agronegócio brasileiro em 2025 dependerá de um equilíbrio entre inovação, sustentabilidade e competitividade. A colaboração entre governo, produtores, indústrias e instituições de pesquisa será essencial para superar os desafios e aproveitar as oportunidades. O Polo Sebrae Agro tem o compromisso de continuar apoiando os pequenos produtores do agro e garantir o fortalecimento do setor no mercado nacional e internacional.



Fontes consultadas

Acordo UE-Mercosul: o que está em jogo para o agro brasileiro. G1. 2024. Após crescer por quatro anos seguidos, faturamento com exportações do agro pode recuar em 2024. Cepea. 2024. Bioeconomia: a ciência do futuro no presente. Embrapa. Acesso em 2024. Brad Liggett. 2025 global agribusiness trends. Nationwide. 2024. Brasil pode liderar mercado de carbono no mundo; previsão é que setor movimente US\$ 50 bi até 2030. Valor Econômico. 2024. CNI aumenta de 2,4% para 3,4% a projeção de crescimento do PIB de 2024. EBC. 2024. ComexVis. gov.br. 2024. Fiagros: CVM divulga novas regras para fundos de investimentos do agro. Exame. 2024. Governo prevê mercado regulado de carbono em 2025. XP Investimentos. 2024. Inteligência artificial no agro será um mercado de US\$ 4,7 bilhões em 2028. Agrofy. 2024. Mercado de crédito de carbono: uma alternativa para compensar as emissões de gases de efeito estufa em pequenas propriedades rurais. Esalq. Acesso em 2024. Mercado financeiro eleva previsão da inflação de 4,63% para 4,71%. EBC. 2024. Raphael Salomão. PIB da agropecuária deve cair em 2024 e retomar crescimento em 2025. Globo Rural. 2024. Raphael Salomão. VII Plano Diretor da Embrapa. Embrapa. Acesso em 2024. Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 movimenta R\$ 29,5 bilhões nos primeiros quatros meses. Agência Gov. 2024. Roberto de Lira. Boletim Focus: projeções para inflação e PIB de 2024 sobem; Selic para 2025 também. InfoMoney. 2024. Vitória Queiroz. Governo eleva a 3,3% projeção do PIB e vê inflação perto do teto em 2024. CNN. 2024. Nova estimativa da Conab para safra de grãos 2024/25 é de 322,53 milhões de toneladas. Conab. 2024. Uso de tecnologia é desigual entre empresas do agronegócio. Globo Rural. 2024.

CADERNO DE TENDÊNCIAS /// AGRONEGÓCIO /// 2 A 5 DE DEZEMBRO DE 2024





Coordenação

Douglas Paranahyba de Abreu - Sebrae GO Victor Rodrigues Ferreira - Sebrae NA

Analista de Inteligência

Jaguali

Consultora Polo Sebrae Agro

Jaqueline Pinheiro da Silva



